

COMPATIBILIZAÇÃO RUMOS 2015 X PLANO DE GOVERNO

REGIÃO FUNCIONAL 9 (Médio Alto Uruguai, Norte, Produção, Alto da Serra do Botucaraí, Rio da Várzea e Nordeste.)

PLANO GOVERNO 2007-2010		RUMOS
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL	AGROPECUÁRIA <ul style="list-style-type: none"> ▪ Implantar o Programa Estadual de Irrigação. ▪ Implantar e disseminar o Projeto 10 do IRGA. ▪ Formar e apoiar uma rede de pesquisa em Biotecnologia. ▪ Maior investimento em controle da sanidade animal e vegetal. ▪ Estimular programas de diversificação de culturas. ▪ Apoiar a padronização da qualidade e a certificação de produtos. ▪ Reforçar o apoio às ações da Emater de apoio às famílias de pequenos e médios produtores. ▪ Desenvolver programas de apoio à boa governança do sistema de cooperativas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incentivos aos Segmentos Promissores <ul style="list-style-type: none"> ➢ Estimular, com ações de extensão rural e assistência técnica, a produção de frutas (melancia, melão, pêssego, caqui, tomate, maçã, cítricos), além da erva-mate, alho e batata-inglesa - em maçã (Nordeste), erva-mate (Norte), goiaba e noz (Médio Alto Uruguai), a região é benchmark estadual e nacional, como também em trigo (Nordeste), aveia e centeio (Norte). ➢ Estimular, com ações de extensão rural e assistência técnica, a silvicultura como estratégia de reflorestamento de áreas sensíveis, especialmente junto às barrancas do Rio Uruguai. ▪ Direcionamento das Linhas de Crédito e Financiamento <ul style="list-style-type: none"> ➢ Direcionar linhas de crédito para incentivar o processamento de produtos agropecuários pelos pequenos produtores regionais, promovendo o associativismo e o cooperativismo, e abrangendo os segmentos de alimentos, aves e suínos, leite e laticínios, cadeia da erva-mate e cadeia de base florestal. ➢ Aumentar o processamento do leite em 20% passando para uma participação estadual de 15%, e o processamento de alimentos em 20% passando para uma participação estadual entre 30% (aves e suínos) e 14% (frutas e conservas). ➢ Condicionar os financiamentos rurais para os pequenos produtores a assistência técnica da EMATER, visando plantios mais adequados à região, de maior produtividade e valor agregado. ▪ Captação e Armazenamento de Águas Pluviais <ul style="list-style-type: none"> ➢ Implementar sistema de captação de águas pluviais, em cacimbas, que regularizem o abastecimento agropecuário regional em épocas de estiagens. ▪ Incentivos à Diversificação Agrícola <ul style="list-style-type: none"> ➢ Ampliar em 20% a produção dos cultivos de trigo, aveia, centeio, fruticultura e olericultura, incentivando-os como alternativa para a redução da dependência da soja, assim como o cultivo da mamona, para produção de biodiesel. ▪ Estímulos de Créditos para Irrigação <ul style="list-style-type: none"> ➢ Abrir linhas de incentivos à irrigação à medida que os reservatórios de acumulação sejam implantados. ▪ Incentivos à Diversificação da Pecuária <ul style="list-style-type: none"> ➢ Estimular o desenvolvimento da avicultura, da piscicultura, da ovinocultura, da caprinocultura e da apicultura. ▪ Implantação de Reservatórios <ul style="list-style-type: none"> ➢ Implantar sistema de reservatórios e poços nas áreas prioritárias para cultivos de soja e milho, de forma a regularizar o abastecimento agrícola e viabilizar a irrigação. ▪ Monitoramento Hidrológico para Controle e Outorga do Uso das Águas <ul style="list-style-type: none"> ➢ Implementar a rede de monitoramento e o sistema de controle e outorga do uso das águas em 3 bacias da região, anteriormente à construção de reservatórios. ▪ Pesquisas em Cultivares Irrigados <ul style="list-style-type: none"> ➢ Pesquisar e divulgar cultivares de grãos (soja e milho) adequadas a áreas irrigadas. ➢ Elaborar projeto cooperativo regional visando solucionar gargalos técnicos e estruturais de cadeias produtivas de setores promissores da região contemplando

		<p>a adaptação/aclimatação de cultivares irrigadas.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Pesquisas em Métodos de Irrigação <ul style="list-style-type: none"> ➢ Pesquisar e divulgar técnicas de irrigação adequadas à topografia regional. ➢ Elaborar projeto cooperativo regional visando solucionar gargalos técnicos e estruturais de cadeias produtivas de setores promissores da região contemplando a adaptação/aclimatação de sistemas de irrigação.
	<p>INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Estimular a integração de cadeias produtivas. ▪ Apoiar ações de aumento do valor agregado dos produtos exportados para outros Estados e Países. ▪ Reativar e dinamizar as Câmaras Setoriais com o objetivo de articular interesses comuns das diferentes cadeias produtivas na formulação da estratégia setorial do Rio Grande do Sul. ▪ Criar grupo permanente de Inteligência Econômica na SEDAI. ▪ Criar, em conjunto com sindicatos, setor privado e entidades de apoio, programas de reestruturação e reconversão setorial. ▪ Apoiar a constituição de um fundo de investimentos para empresas emergentes, visando capitalizar empresas de setores dinâmicos. ▪ Instituir programa permanente de ensino técnico e profissionalizante, visando a formação e requalificação de recursos humanos e melhoria das instituições de ensino e treinamento. Parceria entre Governo e Sistema S (Senai, Senac e Senar). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Direcionamento de Linhas de Crédito <ul style="list-style-type: none"> ➢ Reforçar as linhas de crédito existentes ou criar linhas especiais para os segmentos industriais promissores da região, tais como produtos de origem animal e vegetal, máquinas e equipamentos agrícolas, material elétrico-eletrônico (incluindo informática e micro-tecnologia), material de transportes, químico, couro e calçados, madeira, papel e gráfica. ▪ Incentivos a Segmentos Promissores <ul style="list-style-type: none"> ➢ Direcionar incentivos do INTEGRAR-RS e do Programa de Superação das Desigualdades Regionais para fomentar segmentos industriais com vantagens comparativas especializadas na região, tais como produtos de origem animal e vegetal, máquinas e equipamentos agrícolas, material elétrico-eletrônico (incluindo informática e micro-tecnologia), material de transportes, químico, couro e calçados, madeira, papel e gráfica. ➢ Identificar linhas de incentivos do Programa Grande Fronteira Mercosul, do Ministério de Integração Regional, voltado ao desenvolvimento de áreas deprimidas. ➢ Direcionar incentivos do INTEGRAR RS e do Programa de Superação das Desigualdades Regionais para fomentar o segmento de pedras. ➢ Identificar linhas de incentivos do Programa Grande Fronteira Mercosul, do Ministério de Integração Regional, voltadas ao desenvolvimento de áreas deprimidas. ➢ Direcionar linhas de incentivos à modernização do setor extrativo na região, especialmente para empresas que aproveitem argilas oriundas da mineração de carvão e para micro e pequenas empresas de exploração de rochas ornamentais, gemas e jóias. ▪ Suporte ao Empreendedor <ul style="list-style-type: none"> ➢ Implementar centro de inteligência de mercados para obter e disseminar informações tecnológicas, legais e institucionais, sobre mercados emergentes e oportunidades, inclusive quanto a exportações, constituindo banco de dados on line, como forma de orientação e de atração de empreendedores dos setores alcançados por esta estratégia, em especial os vinculados aos APLs Pré-colheita e Grãos. ➢ Integrar e fortalecer atuação das universidades – URI, UPF e UERGS – com Agências de Desenvolvimento e com o SEBRAE na estruturação de banco de dados para um balcão de projetos e no apoio ao empreendedorismo, como suporte à continuidade do atendimento pelo SEBRAE de orientações à abertura de pequenas e médias empresas. ➢ Realizar Projetos e Gestão em Modelagem de Negócios. ➢ Implantar unidades da rede de Incubadoras e Parques Tecnológicos do Estado. ➢ Apoiar à estruturação da Central de Compras do APL Pré-Colheita.- Capacitar para o empreendedorismo. ➢ Criar cursos de capacitação técnico-gerencial de empresários do segmento de pedras preciosas e apoiar projetos empreendedores no segmento de extração e processamento mineral. ➢ Implementar centro de inteligência de mercados para obter e disseminar informações tecnológicas, legais e institucionais sobre mercados emergentes e oportunidades, inclusive quanto a exportações, constituindo banco de dados on line, como forma de orientação e de atração de empreendedores dos setores

		<p>alcançados por esta estratégia.</p> <ul style="list-style-type: none"> ➢ Criar ponto comercial para vendas dos produtos da cadeia de pedras. ▪ Apoio à Implantação e/ou Ampliação de Áreas Industriais <ul style="list-style-type: none"> ➢ Implantar ou ampliar áreas e/ou distritos industriais em Getúlio Vargas, Passo Fundo, Lagoa Vermelha, Carazinho, Erechim, Frederico Westphalen, Soledade e Palmeira das Missões. ▪ Direcionamento das Linhas de Crédito e Financiamento <ul style="list-style-type: none"> ➢ Direcionar linhas de crédito e financiamento para a cadeia de pedras preciosas, bem como para aqueles que apresentam grande crescimento recente.
	<p>EXPORTAÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar decisivamente a agregação de valor ao produto gaúcho. ▪ Incentivar a integração local de cadeias exportadoras através de maiores estímulos para a compra de insumos locais. ▪ Usar políticas ativas para pressionar o governo federal por maior ressarcimento das perdas com a Lei Kandir. ▪ Criar redes de cooperação com agências de desenvolvimento internacionais para a abertura de novos mercados. ▪ Dotar o setor exportador gaúcho de governança para macrogestão. ▪ Incentivar e apoiar a criação de redes de empresas para exportação. ▪ Reativar e dinamizar as câmaras setoriais, com ênfase especial na aproximação dos setores exportadores com a administração pública. ▪ Trabalhar a solução de demandas pontuais de setores no âmbito de câmaras setoriais. ▪ Viabilizar a criação de programas setoriais de incentivo à exportação no âmbito de câmaras setoriais 	
	<p>TRANSPORTES E SISTEMAS LOGÍSTICOS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaborar um Plano de Parcerias Público Privada para as Estradas Estaduais. ▪ Estudar a Implantação de Sistemas de Pedágio Comunitários e Novos Equilíbrios para os Pedágios de Consórcios que diminuam o custo para o usuário de automóveis e ônibus. ▪ Priorizar projetos integrados de transportes que atendam ao conceito de Agrupamento Logístico: Agrupamento Logístico RMPA-Rio Grande, Sistema Rodoviário BR 158/392, Sistema Ferroviário Noroeste, Sistema Rodoviário da Serra, Sistema Rodoviário BR 285/472 ▪ Implementar a solução de ampliação da pista do Aeroporto Internacional Salgado Filho e buscar soluções para melhorar as condições de movimentação de cargas nos aeroportos de Caxias do Sul e Porto Alegre. ▪ Acelerar os procedimentos para o aumento do calado do Porto de Rio Grande, bem como melhorar as condições gerais de atracação e armazenagem no Porto. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Plataformas Terrestres <ul style="list-style-type: none"> ➢ Dinamizar o comércio e serviços de âmbito regional nos centros urbanos principais do eixo Erechim-Passo Fundo-Carazinho e pólos regionais, associados a infra-estruturas de centros regionais de distribuição e captação de cargas, através da construção de Plataforma Logística tipo I em Passo Fundo, como centro de serviços de médio porte - localizada junto a rodovia de grande circulação, com serviços de apoio a transportadoras, motoristas e veículos, com capacidade para agregar agentes para a formação de uma central de fretes e/ou atendimento de cargas perigosas. ▪ Melhoria de Acessos a Mercados e Exportações <ul style="list-style-type: none"> ➢ RS-135 (2 para 4 faixas de tráfego no trecho Erechim e Passo Fundo) ➢ BR-386 (2 para 4 faixas de tráfego no trecho entre Lajeado e Soledade) ➢ RS-569 (2 para 3 faixas de tráfego no trecho entre Palmeira das Missões e BR-386) ➢ BR-153 (2 para 4 faixas de tráfego no trecho entre Passo Fundo e Tio Hugo) ➢ BR-386 (2 para 4 faixas de tráfego no trecho entre Soledade e Carazinho e 2 para 3 faixas de tráfego no trecho entre Carazinho e Frederico Westphalen) ➢ RS-223 (2 para 3 faixas de tráfego no trecho entre Cruz Alta e RS-142) ➢ BR-285 (2 para 3 faixas de tráfego no trecho entre Passo Fundo e Carazinho e 2 para 3 faixas de tráfego no trecho entre Carazinho e BR-158) ➢ Linha Ferroviária Cruz Alta – Passo Fundo (substituição de trilhos perfil TR-37 por TR-45) ▪ Integração de Fronteiras <ul style="list-style-type: none"> ➢ RS-324 ¼ (2 faixas de tráfego no trecho entre Irai e Planalto) ➢ BR-480 ½ (2 faixas de tráfego no trecho entre Erechim e São Valentim) ➢ RS-331 (2 faixas de tráfego no trecho entre Gaurama e Viadutos) ➢ BR-480 2/2 (2 faixas de tráfego no trecho entre Erval Grande e São Valentim) ▪ Integração interregional

		<ul style="list-style-type: none"> ➢ BR-471 2/5 (2 faixas de tráfego no trecho entre Barros Cassal e Herveiras) ➢ BR-471 3/5 (2 faixas de tráfego no trecho entre Herveiras e Vera Cruz) ➢ RS-585 (2 faixas de tráfego no trecho entre Erval Seco e Linha Progresso) ➢ RS-587 ½ (2 faixas de tráfego no trecho entre Rodeio Bonito e Trindade do Sul) ➢ EN-009 (2 faixas de tráfego no trecho entre Trindade do Sul e Entre Rios do Sul) ➢ RS-587 2/2 (2 faixas de tráfego no trecho entre Seberi e Rodeio Bonito) ➢ BR-472 3/5 (2 faixas de tráfego no trecho entre Palmitinho e BR-158) ➢ Acesso rodoviário André da Rocha (2 faixas de tráfego no trecho entre André da Rocha e Nova Prata) ➢ Acesso rodoviário Entre Rios do Sul (2 faixas de tráfego no trecho entre Entre Rios do Sul e Cruzaltense) ➢ Acesso rodoviário Carlos Gomes (trecho entre Carlos Gomes e RS126) ➢ Acesso rodoviário Centenário (trecho entre Centenário e entr. VRS802 /Áurea) ➢ Acesso rodoviário Cruzaltense (trecho entre Cruzaltense e Campinas do sul) ➢ Acesso rodoviário Itapuca (trecho entre Itapuca e entr. Com RS-332) ➢ RS-132 (trecho entre Nova Alvorada e Itapuca) ➢ RS-211 (2 faixas entre Erechim Áurea /alta) ➢ Vicinal (2 faixas entre RS-126 e Cacique Doble /falta) ➢ RS-470 (2 faixas entre André da Rocha e BR-285) ▪ Integração Regional Interna <ul style="list-style-type: none"> ➢ RS-330 (2 faixas de tráfego no trecho entre Palmeira das Missões e Carazinho) ➢ BR-471 1/5 (2 para 3 faixas de tráfego no trecho entre Soledade e Barros Cassal) ➢ RS-475 (trecho entre Sananduva e Charrua) ➢ RS-126 1/2 (2 faixas de tráfego no trecho entre Caseiros e Ibiraiaras) ➢ RS-487 (2 faixas de tráfego no trecho entre Ibiaçá e São Gregório) ➢ RS-126 2/2 (2 faixas de tráfego no trecho entre São Gregório e BR-285) ➢ RS-111 (2 faixas de tráfego no trecho entre Campina do Sul e Erechim) ▪ Acessos Asfaltados Municipais <ul style="list-style-type: none"> ➢ Integração intra-regional com a implantação de acessos asfaltados às sedes de 43 municípios: Gramado Xavier, Itapuca, Lagoão, Nicolau Vergueiro, Jacuizinho, Ametista do Sul, Cerro Grande, Dois Irmãos das Missões, Engenho Velho, Novo Tiradentes, Pinhal, Pinheirinho do Vale, Rio dos Índios, Sagrada Família, Lajeado do Bugre, Gramado dos Loureiros, Água Santa, Capão Bonito do Sul, Esmeralda, Pinhal da Serra, Santa Cecília do Sul, Santo Expedito do Sul, Tupanci do Sul, Barra do Rio Azul, Benjamim Constant do Sul, Centenário, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Faxinalzinho, Floriano Peixoto, Itatiba do Sul, Ponte Preta, Mariano Moro, Quatro Irmãos, Coqueiros do Sul, Gentil, Muliterno, Nova Boa Vista, Santo Antonio da Palma, São Domingo do Sul, São Pedro das Missões, São José das Missões e Novo Xingu. ▪ Eixos de Incorporação de Áreas Produtivas <ul style="list-style-type: none"> ➢ Acesso rodoviário Pinhal da Serra (2 faixas de tráfego no trecho entre Pinhal da Serra e Esmeralda) ➢ Acesso rodoviário Esmeralda (2 faixas de tráfego no trecho entre Esmeralda e BR-285) ➢ Acesso rodoviário Capão Bonito do Sul (trecho entre Capão Bonito do Sul e Lagoa Vermelha/BR285) ➢ BR-470 ½ (2 faixas de tráfego no trecho entre a divisa dos estados SC/RS – Barracão e Acesso a Capão Bonito do Sul) ▪ Implementação de Melhorias Viárias <ul style="list-style-type: none"> ➢ Construir acesso asfaltado a Fortaleza dos Valos, via RS 491, de integração com a região 2; ➢ Melhorar estradas vicinais de acesso às margens da barragem de Passo Real. ▪ Upgrade em Armazenagem <ul style="list-style-type: none"> ➢ Aumentar a capacidade de armazenagem regional em 2.386,9 mil toneladas.
--	--	--

	<p>ENERGIA</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliar a interligação entre os sistemas Sul e Sudeste do país de energia elétrica, bem como da malha de transmissão e das redes de distribuição no Estado. ▪ Realizar ações visando à conservação de energia elétrica no Estado, junto aos usuários de energia elétrica e aos fabricantes de equipamentos e eletrodomésticos. ▪ Viabilizar o aumento de investimentos na malha hidrográfica gaúcha, através de parcerias público-privadas, com o objetivo de explorar o grande potencial energético do Rio Grande do Sul nas bacias dos rios Uruguai, Camaquã, Ijuí, Taquari-Antas. ▪ Viabilizar a implantação da Fase C (de 350 MW) da Usina Termoeletrica Presidente Médici (CGTEE), e ao mesmo tempo capacitar a Mina de Candiota para produzir 4 milhões de toneladas de carvão por ano em 2009 para suprir todas as necessidades. ▪ Desenvolver e apoiar projetos de pesquisa para a inovação em processos do carvão mineral, estimulando melhorias ambientais através da redução das impurezas, além da maximização do uso do poder calorífico contido no mineral. ▪ Incentivar a expansão da geração termelétrica a gás natural, bem como gerenciar junto ao Governo Federal e buscar viabilizar por outras fontes o projeto do gasoduto Brasil-Argentina no trecho de Uruguiana a Porto Alegre. ▪ Priorizar a diversificação da matriz energética a partir do desenvolvimento das FAE - eólica, MCHs (até 1 MW), PCHs (até 30 MW), solar e biomassa., com foco em distribuição regionalizada e cuidados com o meio ambiente. ▪ Implantar política de incentivos às PPPs e à formação de cooperativas energéticas, pelo Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), bem como criando mecanismo próprio de compra de energia excedente pelo Estado. ▪ Implantar um projeto-piloto em conjunto com as instituições de pesquisa de utilização prioritária em centro urbano de combustíveis líquidos produzidos a partir de biomassa. ▪ Implantar política de produção de biodiesel no Estado. ▪ Fomentar a realização de investimentos para a implantação de novos parques eólicos, bem como da indústria de suporte à nacionalização de equipamentos, como aerogeradores, pás, tor e outros artefatos correlatos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Resolução dos Gargalos nas Linhas de Transmissão <ul style="list-style-type: none"> ➢ Resolver gargalos existentes em Erechim e Passo Fundo, seja pela instalação de novas sub-estações e linhas entre essas cidades ou pela troca de condutores para capacidades acima dos atuais 69kV. ➢ Implementar soluções para outros gargalos que tendem a ocorrer pelo aumento das demandas até o ano horizonte, dimensionados de acordo com o que aponta o Plano Indicativo de Expansão de Transmissão da Região Sul. ▪ Melhoria Operacional das Redes de Transmissão Energéticas <ul style="list-style-type: none"> ➢ Melhorar as condições operacionais do suprimento de energia elétrica, adequando os indicadores de duração de falhas (DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor, que mede o tempo médio sem energia por consumidor por ano) e de frequência de falhas (FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor, que mede o número médio de interrupções de energia por consumidor por ano) aos padrões determinados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) (Obs.: Na região, especialmente os COREDES Médio Alto Uruguai, Norte, Nordeste e Alto da Serra do Botucaraí estão operando fora desses padrões) ▪ Fomento à Produção de Energias Alternativas <ul style="list-style-type: none"> ➢ Estimular a produção de biodiesel e a implantação de unidades de produção, a exemplo da unidade que está sendo instalada na região – SBSBIO, em Passo Fundo. ➢ Fortalecer e apoiar as cooperativas de eletrificação rural e empreendimentos empresariais para geração de energias em pequenas centrais hidrelétricas ▪ Universalização do Atendimento Rural – Luz para Todos <ul style="list-style-type: none"> ➢ Universalizar o acesso à energia elétrica no meio rural, como alternativa de modernização da produção agropecuária e melhorar as condições de vida, pela expansão de programas de financiamento de linhas de distribuição, a longo prazo ou a fundo perdido, aproveitando e incentivando as cooperativas existentes. ▪ Melhoria do Atendimento Energético Rural – Energia Forte <ul style="list-style-type: none"> ➢ Elevar a produção rural através de projetos de reforço de redes de energia elétrica que possibilitem a ligação de máquinas agrícolas nas propriedades rurais que, hoje, não sejam atendidas por estruturas que o permitam.
	<p>PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Projetos de Irrigação. ▪ Construção e/ou Manutenção de Presídios, preservando. ▪ Anel Viário Metropolitano. ▪ Ligação Ferroviária Porto Alegre . Pelotas. ▪ Hidrovia do Sudeste. ▪ Adequação Rodoviária de Diversos Trechos da Malha Estadual. ▪ Construção de Casas Populares na Região Metropolitana de Porto Alegre. 	
	<p>INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforçar o papel do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia na definição de diretrizes e políticas para o setor. ▪ Criar uma agência executiva de inovação, ciência e tecnologia para o Rio Grande do Sul que seja responsável por gerenciar, coordenar e executar o planejamento das políticas de inovação definidas pela Secretaria e pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia. ▪ Estimular a criação de tecnologia aplicada ao mercado, através do incentivo ao registro de patentes e da criação de prêmios científicos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pesquisas em Processos Industriais <ul style="list-style-type: none"> ➢ Desenvolver pesquisas aplicadas nos segmentos promissores de produtos de origem animal e vegetal, máquinas e equipamentos agrícolas, material eletrônico-eletrônico (incluindo informática e micro-tecnologia), material de transportes, químico, couro e calçados, madeira, papel e gráfica. ➢ Realizar um macro-planejamento estratégico dos investimentos em pesquisa, que permeie todas as instituições de apoio científico e tecnológico do Estado, no sentido de evitar a pulverização dos recursos em setores não estratégicos nas regiões.

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criar oportunidades e apoiar a inovação nas micro e pequenas empresas, de todos os setores da economia, nas diversas etapas do processo produtivo. ▪ Apoiar a viabilização da infra-estrutura da primeira fase do Parque Tecnológico da CIENTEC, em Cachoeirinha. ▪ Dar continuidade e ampliar os programas de extensão tecnológica da CIENTEC. ▪ Através de parcerias, apoiar a implantação e modernização dos laboratórios gaúchos para novas áreas do conhecimento na CIENTEC. ▪ Ampliar o credenciamento dos laboratórios da CIENTEC junto ao INMETRO. ▪ Promover a pesquisa meteorológica na FEPAGRO, para prevenção contra a estiagem, bem como atualizar os seus laboratórios, visando ampliar suas atividades no combate à febre aftosa e de estudos genéticos nas áreas de mudas e sementes, através de convênio e parcerias. ▪ Alterar o formato do Regimento da FAPERGS, para que financie também bolsas para engenheiros com experiência em chão de fábrica. ▪ Priorizar entre os projetos da FAPERGS o PAPE, para fomentar o surgimento de novas incubadoras no Estado do Rio Grande do Sul. ▪ Criar .onde ainda não existe. e apoiar estruturas de governança local/regional dos arranjos produtivos gaúchos. ▪ Focar a atuação regional da Secretaria da Ciência e Tecnologia nas micro e pequenas empresas, criando uma estrutura de apoio a estudos e projetos setoriais. ▪ Respalidar as demandas dos arranjos produtivos locais em projetos e programas nacionais e internacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Capacitação Técnica Continuada <ul style="list-style-type: none"> ➢ Incrementar programas de capacitação profissional, especialmente nos setores de produtos de origem animal e vegetal, máquinas e equipamentos agrícolas, material elétrico-eletrônico (incluindo informática e micro-tecnologia), material de transportes, químico, couro e calçados, madeira, papel e gráfica, através da criação de Sistema Técnico-Universitário Progressivo, inserindo escolas técnicas e UERGS. ▪ Apoio ao Registro de Marcas e Patentes <ul style="list-style-type: none"> ➢ Apoiar processos de registros de marcas e patentes de produtos, processos, marcas regionais para micro e pequenas empresas e associações representativas das cadeias produtivas regionais. ▪ Certificação de Qualidade e Apoio a Inovações <ul style="list-style-type: none"> ➢ Realizar ações de difusão da qualidade e da importância da inovação para o crescimento sustentável das empresas. ➢ Fortalecer os procedimentos para obtenção de certificação de qualidade especialmente nos casos de máquinas agrícolas, transportes, processamento de carnes. ▪ Desenvolvimento de Pesquisas Agropecuárias <ul style="list-style-type: none"> ➢ Realizar um planejamento estratégico dos investimentos em pesquisa, que permeie todas as instituições de apoio científico e tecnológico, no sentido de evitar a pulverização dos recursos e concentrar pesquisas em segmentos agropecuários promissores na região. ➢ Agilizar os tempos de desenvolvimento de pesquisas de novas cultivares, que possam acompanhar os requisitos de competitividade rural. ➢ Pesquisar novas cultivares de frutas – cítricos, pêssego, manga, abacaxi, pêra, mamão, além da batata-doce, mandioca e amendoim. ➢ Elaborar Projetos Cooperativos Regionais, visando solucionar gargalos técnicos e estruturais de cadeias produtivas de setores promissores, contemplando a adaptação/aclimatação de cultivares à região. ▪ Desenvolvimento de Capacitação Técnica e Gerencial <ul style="list-style-type: none"> ➢ Promover a capacitação gerencial das pequenas propriedades, incentivando a formação de associações. ➢ Divulgar pesquisas de novas cultivares e técnicas aos agricultores, não só por meio dos centros de informação, como por capacitações técnicas continuadas.
	<p>TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Criar um programa de incentivo e apoio à transformação do Rio Grande do Sul no mais qualificado pólo exportador de software e pólo produtor de hardware da América do Sul ▪ Apoiar o desenvolvimento da infra-estrutura necessária e incentivar a qualificação e permanente atualização da mão-de-obra para o setor. ▪ Focar a atuação do Estado na promoção do setor e na prospecção de projetos no mercado internacional junto aos maiores produtores e desenvolvedores de tecnologia ▪ Definir o papel da PROCERGS como promotora do desenvolvimento, através da definição de políticas de fortalecimento da TI gaúcha, tornando-a parceira da iniciativa privada. ▪ Dar perfil dinâmico à Secretaria de Ciência e Tecnologia, transformando-a no principal órgão político de gestão de demandas federais do setor, bem como de desenvolvedor de oportunidades para a TI gaúcha 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Difusão de Informações Tecnológicas <ul style="list-style-type: none"> ➢ Fortalecer sistema de informações aos segmentos industriais promissores segundo potenciais de mercados, em centros de informações em rede, pelos 134 municípios da região, em parceria com órgãos de pesquisa. ▪ Inserção na Sociedade de Informações <ul style="list-style-type: none"> ➢ Implantar redes wi-fi (tecnologia de comunicação sem fios, que já pode ser disponibilizada para grandes áreas urbanas) em Passo Fundo. ▪ Fortalecimento do Sistema de Difusão de Informações Tecnológicas <ul style="list-style-type: none"> ➢ Fortalecer sistema de informações aos produtores rurais de plantios segundo potenciais de mercados e sistema de informações de melhores práticas agrícolas e industriais, em centros de informações em rede, disseminados pelas 59 sedes municipais da região, em parceria com EMATER e órgãos de pesquisa. ▪ Capacitação Técnica em Agronegócios e Trading <ul style="list-style-type: none"> ➢ Implementar cursos de agronegócios e trading nas universidades ou escolas técnicas da região. ▪ Programa de Pesquisa e Capacitação Técnica e Profissionalização do Piscicultor <ul style="list-style-type: none"> ➢ Capacitar os agricultores para o desenvolvimento da piscicultura na região. ➢ Realizar pesquisas com espécies nativas de peixes para atender as exigências do

		<p>mercado e as restrições ambientais.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementação de Rede de Transmissão de Dados de Alta Capacidade de Uso Comercial na Região <ul style="list-style-type: none"> ➢ Incentivar o desenvolvimento e implementação de redes de transmissão de dados de alta velocidade, através de regulamentação de práticas de mercado, centralização de informações e consolidação de equipe de acompanhamento. ▪ Universalização da Telefonia Rural <ul style="list-style-type: none"> ➢ Universalizar o acesso à telefonia fixa ou móvel rural, como forma de inserir os produtores em sistemas de informação e conhecimento que modernizem processos agropecuários e ampliem as alternativas de comercialização, por meio de financiamentos a longo prazo ou a fundo perdido. ▪ Fortalecimento de Centros de Informação (Infra-Estruturas Informatizadas) <ul style="list-style-type: none"> ➢ Fortalecer rede de centros de informações informatizadas nas sedes dos municípios da região, como forma de promover a inserção de produtores rurais na sociedade de informações, em parceria com EMATER e Cooperativas.
	<p>ASSOCIATIVISMO, COOPERATIVISMO E REDES</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar a criação e estimular o desenvolvimento de novas incubadoras de cooperativas através de parcerias com universidades regionais e os agentes de apoio ao negócio cooperativo, como o sistema .S. e organizações técnicas. ▪ Apoiar a democratização e disseminação do conhecimento técnico cooperativo, através das parcerias com as universidades regionais. ▪ Criar oportunidades de melhoria de gestão das cooperativas através do ensino técnico específico de administração, finanças e planejamento voltados ao negócio cooperativo. ▪ Dar apoio técnico em projetos através de convênios entre cooperativas e UERGS. ▪ Identificar oportunidades e apoiar as demandas do cooperativismo gaúcho em programas e projetos junto à União e organismos internacionais. ▪ Auxiliar e estimular a criação de cooperativas de grupos sociais específicos como cooperativas de produção e trabalho de portadores de deficiência física. ▪ Estruturar e ampliar junto aos COREDES, o programa Redes de Cooperação da SEDAI e de programas afins .como o Programa de Capacitação para a Competitividade Empresarial. ▪ Estimular o relacionamento e o inter-relacionamento entre as redes e as cooperativas em geral. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Eficiência Coletiva Fortalecimento do Cooperativismo e Associativismo <ul style="list-style-type: none"> ➢ Incentivar e apoiar o desenvolvimento de ações coletivas que atuem na efficientização da região e setores econômicos estratégicos, aumentando, desta forma, sua capacidade competitiva, atuando prioritariamente no segmento de Pré-Colheita, onde os pequenos produtores constituem a maioria das empresas desses arranjos produtivos, visando a formação de cooperativas de compras de insumos, busca de mercados e inovações. ➢ Apoiar iniciativas coletivas direcionadas à base de pequenos produtores, especialmente familiares, propiciando escala necessária para a produção e comercialização de produções, em bases tecnológicas mais avançadas. ➢ Implementar instrumentos jurídicos que permitam que associações e cooperativas obtenham financiamentos e créditos sem que sejam perdidos benefícios de aposentadorias rurais ➢ Estruturar e formar associações ou cooperativas de produtores de pedras envolvendo garimpeiros, lapidadores, artesãos, joalheiros, com apoio das universidades e do SEBRAE. ➢ Incentivar e apoiar o desenvolvimento de ações coletivas que atuem na efficientização da região, aumentando, desta forma, sua capacidade competitiva. ➢ Implementar instrumental jurídico que permita linhas de créditos a associações, de modo a incentivar essas formas de organização que imprimem condições de escala às produções e comercializações.
	<p>MEIO AMBIENTE</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Dar caráter estratégico à SEMA no planejamento e coordenação das políticas ambientais gaúchas, a partir das diretrizes estabelecidas pelo CONSEMA e pelo CRH. ▪ Ampliar a participação de municípios no SIGA-RS e integrá-los ao processo de planejamento nos comitês de gerenciamento de bacia hidrográfica com vistas a um plano de desenvolvimento sustentável. ▪ Criação de uma agência ambiental, com caráter executivo, que agregue as funções de planejamento, monitoramento e pesquisa da SEMA, FEPAM e FZB, coordenando as ações de todo o sistema de proteção e desenvolvimento ambiental gaúcho. ▪ Transformar os programas já instituídos por lei, como Pró-Guaíba, Pró-Mar-de-Dentro e Pró-Uruguaí, em agências de Região Hidrográfica (conforme Lei Gaúcha das Águas). ▪ Institucionalizar o Balcão Único de Licenciamento na SEMA. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fortalecimento do Controle e Defesa Agropecuária <ul style="list-style-type: none"> ➢ Fortalecimento da defesa agropecuária nas fronteiras e do controle agropecuário entre municípios. ▪ Criação/Fortalecimento de Viveiros de Frutas <ul style="list-style-type: none"> ➢ Criação e/ou fortalecimento de viveiros de frutas adequadas, em associação com pesquisas de novas cultivares aptas à região: uva, cítricos, manga, abacaxi, pêra, mamão, noz. ▪ Incentivos à Produção Agroecológica <ul style="list-style-type: none"> ➢ Fomentar, no âmbito dos pequenos produtores rurais, a criação de uma nova geração de produção agroecológica, menos impactante ao meio ambiente e de maior valor comercial.- Incentivar a exportação destes produtos, especialmente daqueles hortifrúteis de menor perecibilidade, tais como legumes, tubérculos, frutas. ▪ Manejo de Dejetos de Origem Animal <ul style="list-style-type: none"> ➢ Implantar e acompanhar programas de melhorias tecnológicas em sistemas de destinação de dejetos animais e incentivar a reciclagem.

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Centralizar na SEMA toda a fiscalização ambiental - hídrica, florestal, etc. ▪ Valorizar o quadro técnico, com definição de funções e qualificações. ▪ Realizar convênio com o Corpo de Voluntários Militares Inativos para desenvolver o serviço de Guarda-Parques nas 22 UC's 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recuperação de Matas Ciliares <ul style="list-style-type: none"> ➢ Restaurar a mata ciliar ao longo dos cursos d'água das cerca de 5 bacias hidrográficas que ocorrem na região. ▪ Manejo Adequado de Agroquímicos <ul style="list-style-type: none"> ➢ Implementar o controle e a fiscalização das atividades agrícolas que exijam forte demanda de agroquímicos para o seu cultivo; ➢ Treinar agricultores para o uso correto de agroquímicos; ➢ Capacitar técnicos e responsáveis técnicos, com ênfase na legislação específica; ➢ Fiscalizar o cumprimento das normas que instituem o receituário agrônomo no controle e uso de agroquímicos; ➢ Desenvolver pesquisas visando o desenvolvimento de manejo integrado de pragas e doenças. ▪ Estímulos à Restauração de Matas Ciliares <ul style="list-style-type: none"> ➢ Restaurar a mata ciliar ao longo dos cursos d'água das 5 bacias hidrográficas que ocorrem na região. ▪ Termos de Ajustes de Conduta das Explorações Minerais <ul style="list-style-type: none"> ➢ Estabelecer processo de discussão com os mineradores para, progressivamente, implementar Termos de Ajustes de Conduta que levem à adoção paulatina de métodos extrativos menos impactantes, assim como destinação de rejeitos. ▪ Consolidação, Ampliação e Manejo das Áreas Protegidas <ul style="list-style-type: none"> ➢ Desenvolver e implantar planos de manejo nas Unidades de Conservação. ➢ Consolidar áreas decretadas: desapropriação e/ou demarcação de Unidades de Conservação. ➢ Criar novas Unidades de Conservação. ▪ Criação, Consolidação e Manejo de Terras Indígenas <ul style="list-style-type: none"> ➢ Desenvolver e implantar planos de manejo nas terras indígenas existentes. ➢ Consolidar áreas decretadas: desapropriação e/ou demarcação de áreas já identificadas. ➢ Definir novas áreas para agrupamentos acampados em áreas impróprias. ▪ Criação de APAS nos Afloramentos Porosos do Aquífero Guarani <ul style="list-style-type: none"> ➢ Elaborar e implementar marcos técnicos e institucionais comuns para o conhecimento, gerenciamento e preservação do Aquífero Guarani, o que se impõe especialmente pelas pressões das culturas empresariais, as quais utilizam intensa mecanização, agroquímicos e irrigação, que podem contaminar esses recursos.
	<p>TURISMO</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reorganizar a estrutura da Secretaria de Turismo (SETUR), focando especificamente a separação das atividades de oferta turística e de demanda. ▪ Reforçar o papel do Fórum Estadual de Turismo e criar um núcleo de avaliação de projetos da área. ▪ Promover a criação de um plano estratégico de desenvolvimento sustentável para o turismo gaúcho. ▪ Articular a criação de um novo zoneamento turístico do Rio Grande do Sul. ▪ Integrar produtos turísticos de conotação complementar. ▪ Criar o Observatório de Desenvolvimento Sustentável do Turismo no Rio Grande do Sul. ▪ Promover pesquisa para qualificar e otimizar o potencial turístico gaúcho. ▪ Apoiar o desenvolvimento e manutenção de infra-estrutura básica e de serviços nos acessos e no entorno dos locais turísticos, enfatizando a sinalização, através de parcerias e convênios. ▪ Incentivar ações de capacitação de empresas e recursos humanos atuantes na área de turismo. ▪ Atrair eventos com público de elevado potencial de gastos. ▪ Buscar apoio junto a gaúchos consagrados nas áreas de esporte e cultura, bem como de personalidades notáveis, para atuarem como embaixadores 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pesquisa e Design no Setor de Pedras <ul style="list-style-type: none"> ➢ Implementar unidade de pesquisa e design e realizar pesquisas anuais tanto em lavra e beneficiamento de pedras, como em cortes e design, que agreguem valor às pedras. ▪ Capacitação de Recursos Humanos <ul style="list-style-type: none"> ➢ Capacitar pessoas para atendimento de turistas (recepcionistas, taxistas, guias). ▪ Estruturação do Turismo Regional <ul style="list-style-type: none"> ➢ Elaborar Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável como pré-requisito para obtenção de financiamentos internacionais compreendendo: roteirização turística (elaboração de roteiros sugestão, que sejam transformados em pacotes turísticos pelas operadoras); elaboração de guia turístico regional, com os atrativos das rotas e as estruturas de apoio e hospedagem; instalação de postos de informação turística e sinalização turística. ▪ Incentivos aos Segmentos Promissores <ul style="list-style-type: none"> ➢ Incentivar a piscicultura nas Barragens do Passo Real, Itá e Machadinho, de modo a promover a pesca como atração turística regional. ➢ Incentivar a ampliação da capacidade do segmento de hotelaria e alimentação na região, provendo o aumento do turismo, seja de lazer ou de negócios, tendo como meta aumentar em 8% a.a. as empresas de alojamento e alimentação, e em 6% a.a. o pessoal ocupado no setor, até 2015.

	<p>do turismo gaúcho.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver um portal de internet do turismo do Rio Grande do Sul 	
<p>DESENVOLVIMENTO SOCIAL</p>	<p>EDUCAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Consolidar um sistema gaúcho de avaliação externa do rendimento escolar dos alunos nos ensinos fundamental e médio, em parceria com o MEC e com os municípios. ▪ Garantir a oferta de formação continuada para os professores, também em parceria com o MEC e com os municípios, junto com as agências de formação. ▪ Criar incentivos variados, inclusive financeiros e salariais, às escolas e aos professores, especialmente para os alfabetizadores, de forma a estimular o aprimoramento do desempenho profissional articulado com o aumento dos níveis de aprendizagem dos alunos. ▪ Implantar progressivamente laboratórios de informática educativa nas escolas estaduais em parceria com a comunidade e outros setores sociais organizados. ▪ Prestar apoio e assistência técnica aos municípios com vistas à expansão da oferta de vagas na educação infantil. ▪ Ampliar o Programa Primeira Infância Melhor - PIM. ▪ Oferecer ensino fundamental de 9 anos, com matrícula aos 6 anos de idade, na rede estadual de ensino. ▪ Iniciar a implantação de projetos-piloto de escolas de qualidade com tempo integral, priorizando regiões economicamente mais atrasadas e famílias mais pobres. ▪ Avaliar a alfabetização, nos dois primeiros anos do ensino fundamental. ▪ Consolidar a oferta de ensino médio em todos os municípios gaúchos, na perspectiva da universalização do atendimento educacional por 12 anos letivos para a população dos 6 aos 17 anos e do aumento da escolaridade média dos jovens; ▪ expandir a oferta de ensino médio nas escolas estaduais, com mais vagas no período diurno. ▪ Planejar com os municípios a oferta do ensino público, revendo a atual repartição das matrículas no ensino fundamental entre as escolas municipais e estaduais, o que permitirá a criação de mais turmas de ensino médio diurno. ▪ Criar um programa específico para suprir a falta de professores de matemática, física e química e dar especial atenção à distribuição, em parceria com o MEC, de livros didáticos ▪ que atendam às novas propostas curriculares para o ensino médio. ▪ Impulsionar a qualificação da EJA por meio da aplicação, em parceria com o MEC e os municípios, do ENCCEJA - Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos. ▪ Integrar a oferta da educação básica com iniciativas de educação profissional; diversificar a oferta de cursos de educação profissional para qualificação e requalificação de mão-de-obra; ▪ intensificar as parcerias entre escolas estaduais, instituições comunitárias e Sistema "S", para ampliar e melhorar a oferta de cursos profissionalizantes. ▪ Promover a inclusão com responsabilidade, sem deixar de manter na rede estadual de ensino classes e escolas especiais ▪ Manter e intensificar a parceria com instituições privadas não-lucrativas de atuação especializada e exclusiva em educação do ensino superior gaúcho. ▪ Dispor de diferentes mecanismos para apoiar o acesso e a permanência de estudantes sem condições para pagar as mensalidades em instituições 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fortalecimento da Educação – Avaliação de Desempenho <ul style="list-style-type: none"> ➢ Avaliação bianual de todos os alunos da rede pública nos dois níveis de ensino nos centros urbanos (Frederico Westphalen, Erechim, Getúlio Vargas, Lagoa Vermelha, Carazinho, Passo Fundo, Palmeira das Missões e Soledade, tendo como meta avaliar 15.102 alunos do ensino fundamental e 5.570 do ensino médio, até 2015. ➢ Implantar um processo de avaliação externa das escolas estaduais, mediante a aplicação de instrumentos de medida de desempenho dos alunos em provas baseadas em competências e questionários de avaliação do contexto para alunos, pais e comunidade escolar, a cada dois anos, atingindo 5% dos alunos matriculados na Região, cerca de 19,3 mil alunos no ensino fundamental e 4,6 mil alunos no ensino médio, até 2015. ▪ Fortalecimento da Educação – Escola de Tempo Integral <ul style="list-style-type: none"> ➢ Ampliar a qualidade da formação no ensino fundamental, com a inclusão, até 2015, de 50% da população de 7 a 14 anos em tempo integral na escola. ➢ Desenvolver programas de reforço escolar, na forma de atividades pedagógicas diversificadas, em turno contrário ao da escola, visando aumentar as probabilidades de sucesso dos alunos com dificuldades de aprendizagem, atendendo demandas estimadas de 77,3 mil alunos até 2015. ▪ Fortalecimento da Educação – Atendimento na Educação Básica <ul style="list-style-type: none"> ➢ Incluir 100% de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos nos ensinos fundamental e médio, até 2015. ➢ Atender 100% das crianças de 7 a 14 anos pelo ensino fundamental e 80% dos jovens de 15 a 17 anos pelo ensino médio, totalizando 231,2 mil alunos no ensino fundamental e 68,5 mil, no ensino médio, até 2015. ▪ Capacitação em Processamentos de Pedras <ul style="list-style-type: none"> ➢ Implantar escola técnica voltada a essa cadeia, com apoio do SENAI e universidades, inserido na rede de ensino de Escolas Técnicas no Estado, integrada ao Ensino Superior (UERGS), para qualificação e requalificação profissional para trabalhadores jovens e adultos, voltados ao segmento de extrativismo mineral. ▪ Eliminação do Analfabetismo <ul style="list-style-type: none"> ➢ Desenvolver ações que busquem, até 2015, eliminar o analfabetismo ainda existente em parte da população da região, atendendo 70,5 mil pessoas até 2015.

	<p>privadas de educação superior.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Consolidar a UERGS como universidade vocacionada para a oferta de cursos técnicos profissionalizantes de nível superior, articulados com o desenvolvimento sócio-econômico regional e local. ▪ Apoiar o sistema de avaliação das instituições de educação superior implementado pelo MEC, para melhorar a qualificação do ensino superior gaúcho. ▪ Modernizar a gestão educacional, em primeiro lugar, com a criação de um sistema de metas e indicadores de resultado e esforço, monitorando as taxas de repetência, evasão e distorção série-idade e avaliando o rendimento dos alunos e das escolas de ensinos fundamental e médio das redes públicas estadual e municipal. ▪ Melhorar a qualidade dos serviços educacionais, avançando na gestão democrática e na autonomia da escola. ▪ Intensificar as ações de capacitação de gestores escolares, incluindo direções das escolas e conselhos escolares. ▪ Profissionalizar os quadros da Secretaria de Educação e de suas coordenadorias regionais, por meio da escolha de pessoal, principalmente dos dirigentes, com base na qualificação técnica e na identificação com a proposta de gestão educacional do governo, de forma a reduzir as interferências de ordem político-partidária. ▪ Avançar em temáticas como financiamento do transporte escolar e planejamento conjunto das redes públicas de ensino e formação continuada do magistério 	
	<p>SEGURANÇA</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Desvincular a Justiça da Segurança Pública. ▪ Profissionalizar, despartidarizar e livrar de ingerência política todo o setor de segurança do Estado, a começar pela escolha dos cargos de confiança, incluindo o de Secretário da Segurança Pública. ▪ Criar e monitorar indicadores de esforço para a segurança pública e melhorar os indicadores de resultado, com ênfase em homicídios, furtos e roubos. ▪ Selecionar servidores para a segurança pública por meio de concursos públicos, em número adequado para recompor os quadros efetivos. ▪ Elaborar os planos de carreira para a Polícia Civil e para os praças da Brigada Militar; criar e regulamentar o quadro de funcionários civis da Brigada Militar. ▪ Instituir o Comando de Policiamento Ambiental do Rio Grande do Sul. ▪ Disseminar as Delegacias de Polícia de Pronto Atendimento e as Delegacias da Mulher. ▪ Fortalecer o sistema de inteligência e as Corregedorias policiais; investir no setor de inteligência da Polícia Civil e na investigação especializada, como forma de combater a criminalidade organizada e antecipar-se às ações delituosas. ▪ Assegurar aporte tecnológico ao sistema de segurança pública. Dotar as polícias de modernos equipamentos eletrônicos, principalmente com terminais remotos de computadores nas viaturas policiais. ▪ Reorganizar o fundo especial de segurança pública; investir em meios materiais para o reaparelhamento das polícias com a aquisição de viaturas, armas, algemas, coletes à prova de bala, etc. ▪ Buscar a integração entre a Polícia Federal, a Polícia Civil e a Brigada Militar. ▪ Enfrentar mais duramente os delitos considerados menos graves, como o consumo de drogas, a prostituição, a exploração infantil e outros congêneres. 	

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Adotar política agressiva de combate ao tráfico de drogas e de armas. ▪ Construção de presídios estaduais regionais de pequeno e médio porte e com a reivindicação junto ao Ministério da Justiça da construção de presídios federais. ▪ Implantar uma nova política de gestão nos presídios, por meio de convênios ▪ universidades públicas e privadas e de abertura às pastorais de entidades religiosas com fim social reconhecidamente relevante à convivência humana. ▪ Estimular o desenvolvimento técnico-profissional dos policiais, qualificando-os de forma continuada, por meio de um centro de excelência em estudos de segurança pública; ▪ valorizar os servidores da área de segurança, motivando-os para o trabalho. ▪ Criar nas polícias um órgão setorial, integrado por defensores públicos, para atuar especificamente na defesa judicial dos policiais processados em razão do exercício da sua função. ▪ Apoiar a participação de policiais da Brigada Militar em missões internacionais e forças de paz da ONU. ▪ Estruturar um plano habitacional para policiais civis e militares. ▪ Propiciar ao Corpo de Bombeiros os meios legais adequados e os recursos humanos e materiais para implementar um sistema eficaz de prevenção de incêndios e defesa civil. ▪ Criar e manter, em parceria com os municípios, os Conselhos de Defesa e Segurança Comunitários. ▪ Criação de uma comissão de segurança pública de caráter permanente na Assembléia Legislativa. ▪ Defender a criação do Ministério da Segurança Pública, absorvendo e fortalecendo a atual Secretaria Nacional de Segurança Pública. ▪ Reivindicar que o Fundo Nacional de Segurança Pública apóie permanentemente os estados. ▪ Lutar pela criação de batalhões portuários e de fronteira, integrados pelas polícias militares dos estados que façam fronteira com outros países e subsidiados financeira e materialmente pela União. ▪ Incentivar projetos de agravamento das penas relativas aos crimes praticados contra policiais, a exemplo das legislações penais de países desenvolvidos, para reduzir a violência contra os agentes da ordem pública. ▪ Apoiar a Lei Orgânica Nacional da Polícia Civil, cujo projeto está sendo finalizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública. 	
	<p>SAÚDE</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento progressivo dos recursos destinados à área de Saúde até que a obrigação constitucional de aplicação de 12% da Receita Líquida de Impostos seja alcançada. ▪ Definir claramente o papel do Estado na gestão da saúde, especialmente provendo auxílio aos municípios através do planejamento conjunto de ações estratégicas. ▪ Propor a prática de uma política hospitalar que privilegie a contratualização, garantindo assim os recursos necessários para evitar que os pequenos hospitais fechem suas portas. ▪ Priorizar a atenção integral à saúde do idoso, através do atendimento prioritário na rede (básica, ambulatorial, especializada e hospitalar). ▪ Enfatizar o relacionamento e controle social nas ações de saúde, através de parcerias e programas estruturantes entre todos os setores ligados ao desenvolvimento da comunidade, em conformidade com a Conferência 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fortalecimento no Atendimento de Saúde – Construção de Leitos <ul style="list-style-type: none"> ➢ Prover, até 2015, o número de leitos necessários de acordo com a complexidade, suprindo o déficit existente e atendendo as populações adicionais. ▪ Fortalecimento no Atendimento de Saúde – Expansão do Programa Saúde da Família <ul style="list-style-type: none"> ➢ Atender 80% da população urbana por ações básicas de saúde familiar. ➢ Qualificar a atenção básica prestada no Rio Grande do Sul pelos municípios, aumentando a cobertura do Programa para 50% da população em 2007; 70% em 2011; 80% em 2015 ▪ Fortalecimento dos Pólos Regionais de Saúde <ul style="list-style-type: none"> ➢ Realizar investimentos em hospitais de referência regional. ▪ Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde <ul style="list-style-type: none"> ➢ Construir, ampliar e equipar unidades básica de saúde nos municípios da região.

	<p>Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Estimular e apoiar a ação conjunta, na forma de parcerias e convênios, entre Estado e Instituições Hospitalares, visando implantar programas de educação permanente de trabalhadores de saúde para o Sistema Único de Saúde (SUS). ▪ Facilitar o acesso aos serviços de saúde, transformando o PSF em porta de entrada dos cidadãos de menor renda no sistema de saúde ▪ Dar ênfase às ações regionais e municipais voltadas para a educação a respeito dos problemas de saúde existentes e dos métodos de prevenção e cura, fortalecendo os Pólos Regionais de Saúde, promovendo a alimentação adequada, o abastecimento de água potável e saneamento básico, a assistência materno-infantil, o planejamento familiar, entre outras ações educacionais de caráter preventivo e de fundo social, com a articulação e mobilização das demais secretarias de Estado. ▪ Mapear as estruturas já existentes nos pólos regionais, buscando provê-las de equipamentos e capacitação adequada para as necessidades de atendimento, através de recursos federais e de organismos internacionais. ▪ Apoiar os municípios no enfrentamento da nova realidade de suas obrigações na área da saúde, através de plano de estímulos à capacitação. ▪ Promover a ação regionalizada compartilhada entre municípios, incentivando a criação de consórcios de saúde, visto que municípios pequenos têm maior dificuldades de prover atendimento pleno de saúde. ▪ Reduzir os custos de reinternação de pacientes através do aumento da distribuição de remédios, disponibilizados através do incentivo à produção de medicamentos da linha básica por consórcios municipais e pelo Estado. ▪ Promover a gestão eficiente do Laboratório Farmacêutico do Estado do Rio Grande do Sul (LAFERGS), através da cooperação técnica entre o Estado e Universidades e da busca de recursos federais e não desejada. ▪ Fomentar a pesquisa em medicamentos básicos, partir de convênios com as universidades e Centros de Pesquisa em Saúde. ▪ Promover uma política específica para o tratamento de doentes mentais e dependentes químicos. ▪ Promover, junto aos Agentes de Saúde, campanhas pontuais de combate às drogas, prevenção às DST/AIDS e à gravidez não desejada. ▪ Promover a saúde da sociedade, através da educação permanente de hábitos saudáveis, combate ao tabagismo. ▪ Apoio e viabilização da ampliação dos CAPS-AD (Centros de Atenção Psicossocial para dependentes de Álcool e Drogas). ▪ Instituir a informatização de hospitais e demais estruturas da saúde pública, implementando projetos de acompanhamento médico a distância. centros regionais de tele-medicina, através de convênios com instituições privadas nacionais e organismos internacionais, a partir de recursos disponíveis em nível federal para as áreas de ciência, tecnologia e inovação. 	
	<p>SANEAMENTO</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Estimular a otimização da gestão e da operação, com a ampliação dos atuais programas a todas as áreas e unidades de atendimento da CORSAN. ▪ Incentivar, em conjunto com os órgãos ambientais gaúchos, a preservação, a busca e a exploração racional auto-sustentável de mananciais. ▪ Incentivar a inserção de novas localidades no sistema, dentro da lógica dos programas de saúde preventiva. ▪ Apoiar, via ação política institucional, a busca de recursos em nível federal e internacional, a custos condizentes, visando a excelência no 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Coleta de Esgotos Domiciliares e Industriais <ul style="list-style-type: none"> ➢ Reduzir 40% do déficit apurado em 2003 até o ano de 2015 e executar ligações adicionais em função do crescimento populacional, tendo como meta atender 25,3 mil domicílios até 2015. ▪ Tratamento e Destinação de Esgotos Domiciliares e Industriais <ul style="list-style-type: none"> ➢ Tratar e dar destinação adequada a esgotos e resíduos domiciliares e industriais em Erechim, Passo Fundo e Carazinho, maiores cidades da região. ▪ Tratamento e Destinação de Resíduos Domiciliares e Industriais não Perigosos <ul style="list-style-type: none"> ➢ Coletar e dar destinação adequada a resíduos domiciliares e industriais não perigosos nas cidades de Erechim, Passo Fundo, Carazinho.

	<p>abastecimento de água e viabilizando a implantação de projetos elaborados ou em elaboração.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Estimular a expansão da rede de esgotamento sanitário, através da sua conceituação como vetor de saúde pública. ▪ Buscar recursos para esgotamento sanitário como parte de programas mais amplos de saúde preventiva, sob os quais se reduzem as pressões de retorno financeiro. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Saneamento Básico <ul style="list-style-type: none"> ➢ Implantar infra-estruturas de saneamento básico nos municípios de Salto do Jacuí, Fortaleza dos Valos, Campos Borges, Quinze de Novembro e Alto Alegre, no entorno da Barragem do Passo Real, imprimindo melhoria ambiental na bacia. ▪ Rede de Distribuição de Água <ul style="list-style-type: none"> ➢ Ampliar a rede para atender aos novos domicílios urbanos decorrentes do equacionamento do déficit habitacional e do crescimento demográfico. (demandas de 50,7 mil domicílios até 2015). ▪ Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos <ul style="list-style-type: none"> ➢ Adotar ações que propiciem a manutenção da taxa de cobertura em índices próximos a 100% nas zonas urbanas do Estado, mediante inclusão nos roteiros de coleta dos novos domicílios urbanos decorrentes do crescimento demográfico e equacionamento do déficit habitacional (demandas de 46,6 mil domicílios até 2015).
	<p>HABITAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Revitalizar o Conselho de Habitação do Rio Grande do Sul, órgão consultivo responsável pela fiscalização da execução da política habitacional do Estado. ▪ Estimular a adoção, por parte dos municípios, de conselho habitacional que estabeleça as prioridades locais. ▪ Apoiar os municípios na capacitação de suas áreas técnica, financeira e administrativa, para elaboração de projetos a serem levados a organismos financiadores, bem como apoiá-los nas demandas junto a estes. ▪ Transformar projetos habitacionais em projetos sociais, com estrutura matricial entre secretarias do RS, associando ações de saneamento, saúde, educação e esporte, entre outras. ▪ Garantir acesso à habitação às famílias de baixa renda via subsídio direto, implantando núcleos urbanos de habitação a partir dos recursos disponíveis no Governo Fed. e parcerias com os municípios e futuros moradores ▪ Estimular os municípios a emitir certificados de propriedade para a população de baixa renda nos aglomerados urbanos. ▪ Viabilizar programa de microcrédito habitacional junto a parceiros do sistema financeiro, apoiando a captação de recursos que serão destinados a famílias de baixa renda. ▪ Incentivar os mutirões locais para a melhoria de áreas urbanas ▪ Instituir o sistema "troca-troca" para projetos habitacionais, atuando junto a cooperativas e organizações e apoiando a busca de parceiros para os projetos. ▪ Estimular e incentivar a indústria e o comércio de materiais de construção a desenvolver produtos alternativos inovadores que reduzam custos e melhorem a eficiência das moradias populares. ▪ Buscar, em parcerias e convênios com universidades e instituições de pesquisa, o desenvolvimento de novas tecnologias aplicáveis a programas habitacionais populares. ▪ Estimular e incentivar entidades voltadas à produção de moradias para populações de baixa renda em pequenos municípios. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhoria e Suprimento Habitacional – Construção de Moradias <ul style="list-style-type: none"> ➢ Reduzir o déficit habitacional urbano e construir novas moradias para acompanhar o crescimento populacional, tendo como meta construir 4.000 moradias até 2015. ▪ Melhoria e Suprimento Habitacional – Construção de Banheiros <ul style="list-style-type: none"> ➢ Construir unidade sanitária nas moradias, tendo como meta atingir 503 unidades até 2015. ➢ Garantir acesso das populações urbana e rural à moradia com qualidade e conforto mínimos, vinculada aos serviços de infra-estrutura básicos (água, esgoto e energia elétrica), propiciando redução de 35% do déficit existente até 2015, com a construção de 3,8 mil unidades. ▪ Melhoria e Suprimento Habitacional – Substituição de Moradias Subnormais <ul style="list-style-type: none"> ➢ Substituir moradias subnormais existentes em Erechim, Passo Fundo e Palmeira das Missões, atingindo cerca de 550 unidades até 2015. ▪ Redução do Déficit Habitacional Urbano <ul style="list-style-type: none"> ➢ Atender à demanda por moradia das novas famílias resultantes do crescimento demográfico, com renda per capita mensal até 5 salários mínimos, por meio da construção de 12,5 mil habitações nas zonas urbanas de forma a eliminar 35% do déficit existente até 2015. ▪ Redução do Número de Domicílios com Densidade Excessiva <ul style="list-style-type: none"> ➢ Garantir o acesso das populações urbana e rural à moradia com qualidade e conforto mínimos, com redução de densidade onde há mais de três moradores por dormitório, reduzindo em 17,8% o número de habitações com densidade excessiva, atendendo demandas de 1,9 mil residências até 2015.
	<p>IGUALDADE SOCIAL E TERCEIRO SETOR</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Combater o preconceito contra a mulher no mercado de trabalho. ▪ Incentivar a denúncia da violência doméstica nas Delegacias das Mulheres e prover proteção, apoio psicológico e material para as vítimas. ▪ Combater a exclusão arquitetônica nos equipamentos públicos e privados, incentivando as empresas para que realizem ações de acessibilidade. ▪ Capacitar a rede pública, tanto em infra-estrutura quanto em pessoal, para 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Combate à Pobreza – Renda Básica <ul style="list-style-type: none"> ➢ Complementar a renda das pessoas situadas abaixo da linha de indigência com recursos necessários para atingir o piso de rendimento de um salário mínimo. ➢ Complementar os rendimentos das pessoas acima de 10 anos de idade, com renda inferior a ¼ do salário mínimo, a fim de que alcancem o piso de um salário mínimo per capita (demandas de 31,8 mil pessoas até 2015).

	<p>atender alunos com necessidades especiais.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Estimular e incentivar a criação de cooperativas de trabalho de pessoas portadoras de deficiência. ▪ Viabilizar a recuperação do Centro de Recuperação Profissional do INSS, em parceria com a União, municípios e sociedade civil. ▪ Realizar campanhas, principalmente através do Programa Saúde da Família, de acompanhamento à gestante e ao recém-nascido. ▪ Melhorar o acesso do idoso aos serviços do Estado, através da racionalização, descentralização e acompanhamento diferenciado, facilitando o acesso do idoso ao serviço público, tal como a realização de exames, a retirada de remédios, a educação e o lazer. ▪ Incentivar oportunidades de trabalho para a terceira idade. ▪ Reestruturar o Conselho de Políticas Públicas da Juventude, regulamentando-o em Lei, dando-lhe caráter consultivo visando elaborar políticas públicas para a juventude, articular ações com o movimento estudantil e promover estudos técnicos. ▪ Implantar o Programa Ação Jovem, (idem de SP) concedendo auxílio financeiro a jovens entre 19 e 25 anos, pertencentes a famílias de baixa renda e que retomarem os estudos. ▪ Promover e apoiar programas específicos de educação, com o fim de combater a evasão e a repetência dos jovens adultos que retornam às carteiras escolares. ▪ Promover e implantar programa de planejamento familiar voltado aos jovens adultos ▪ Incluir oficinas de empreendedorismo e orientação vocacional nas escolas gaúchas. ▪ Reestruturar o trabalho de recuperação de dependentes químicos. ▪ Realizar e apoiar estudo pioneiro no Brasil que faça um mapeamento do capital social do Rio Grande do Sul. ▪ Fortalecer as parcerias do Estado com o Terceiro Setor. ▪ Equipar e profissionalizar os Conselhos, aos quais as ONGs se reportam, para que eles possam ter uma atuação mais estruturada. ▪ Vincular repasses de recursos públicos a investimentos em estruturação organizacional e gestão. 	
	<p>ESPORTE E LAZER</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Dar status de agência executiva ao esporte, retirando-o da SETUR e passando-o para a área social,. ▪ Criar o Sistema Gaúcho do Esporte. ▪ Criação do Atlas do Esporte no Rio Grande do Sul. ▪ Incentivar a restauração e criação dos equipamentos esportivos, através de parcerias locais com municípios e empresas locais, apoiando também a busca de recursos em nível nacional e internacional. ▪ Desenvolver atividades esportivas de participação e educacionais em parceria com clubes e investidores no esporte de alto rendimento, estimulando - via convênios - o aproveitamento dos momentos de ociosidade dos seus equipamentos. ▪ Estimular ações de voluntariado junto à profissionais da área, atletas e aposentados para a orientação esportiva nos equipamentos públicos. ▪ Criar programa educacional esportivo com as universidades gaúchas, visando abrir seus espaços ociosos para a prática desportiva assistida, envolvendo alunos de áreas afins na pesquisa e desenvolvimento do esporte. ▪ Buscar junto a instituições e universidades internacionais a criação de parcerias com seus pares gaúchos para proporcionar intercâmbio para professores, alunos e demais profissionais envolvidos na educação física. 	

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reduzir a ação intervencionista do Estado no esporte de alto rendimento, definindo seu papel como agente de estímulo e ▪ supervisão, deixando o planejamento e a execução à coordenação técnica dos atletas. ▪ Implantar e estimular um programa de qualificação técnico-profissional, através de bolsas de intercâmbio com organizações esportivas no Brasil e no mundo. Criar um calendário permanente de eventos técnicos nas áreas de gerência esportiva, elaboração de projetos de financiamento e também de conhecimento específico de cada esporte. ▪ Apoiar e fomentar a modernização das estruturas esportivas para que disponham de acessibilidade adequada aos para-atletas e o lazer de portadores de deficiência. ▪ Criar, estimular e desenvolver um sistema permanente de bolsas a atletas de alto rendimento através da parceria com a iniciativa privada, universidades e clubes. 	
	<p>CULTURA</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Fortalecer e ampliar a atuação do Conselho Estadual de Cultura. ▪ Promover a autonomia gerencial e o controle externo do Estado e da sociedade dos equipamentos culturais do Estado. ▪ Estimular a criação do Observatório Cultural do Mercosul. ▪ Realizar o I Censo Cultural do Rio Grande do Sul. ▪ Fortalecer o Fundo Estadual de Cultura e o Fundo de Apoio à Cultura para utilizá-los como instrumentos estratégicos de implementação da política estadual de incentivo e financiamento à inovação e à criação cultural com base nas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Estadual da Cultura. ▪ Preservar e aperfeiçoar a Lei Estadual de Incentivo à Cultura ▪ Retomar e ampliar programas de apoio à criação cultural, com prêmios e bolsas de incentivo voltadas à inovação, e criação de novas linguagens culturais em todas as áreas. ▪ Criar programa de qualificação do setor cultural gaúcho, oferecendo formação técnica e distribuindo informação para produtores e criadores culturais nas diversas áreas. ▪ Viabilizar uma política de crédito cultural, destinada a atender aos empreendedores culturais que se disponham a apoiar os recursos humanos e intelectuais e que realizem investimentos no mercado cultural do Rio Grande do Sul. ▪ Realizar, em parceria com a Secretaria de Educação, programa com o objetivo de transformar cada escola da rede estadual em um centro de atividades culturais. ▪ Programa de expansão de nosso mercado editorial. ▪ Criar programa de educação para a arte, envolvendo os museus e espaços de arte de todo o Estado. ▪ Realizar programa em parceria com o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), para o aproveitamento de CTGs de todo o Rio Grande do Sul como espaços de formação cultural e educacional. ▪ Retomar a edição do Calendário Cultural do Rio Grande do Sul, como instrumento de difusão interna e externa da programação de eventos em todas as regiões do Estado. ▪ Criar programa de restauração e reciclagem do patrimônio histórico e cultural do Rio Grande do Sul. ▪ Implantar a Lei da Doação Cultural, estimulando a doação de bens de valor histórico e cultural para os acervos públicos do RS ▪ Criar a Biblioteca Virtual do Rio Grande do Sul. ▪ Promover o Inst. Estadual de Cinema a agente de coordenação de 	

	<p>políticas de desenvolvimento do setor audiovisual.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar a implantação do Centro de Desenvolvimento da Dança. ▪ Apoiar a implantação da Comissão Estadual de Artes Cênicas e estimular a criação de um programa de desenvolvimento do setor, com a recuperação e abertura de novos teatros em regiões pólo, através de parcerias e convênios. ▪ Fortalecer o Sistema Estadual de Museus. ▪ Ampliar e dar autonomia gerencial aos circuitos de difusão musical existentes no Estado, apoiar a abertura de novos mercados para artistas gaúchos, estimular o intercâmbio e a formação profissional através de bolsas, além de apoiar e fomentar a abertura de linhas de financiamento ao desenvolvimento de grupos gaúchos. 	
<p>FINANÇAS PÚBLICAS E GESTÃO</p>	<p>EQUILÍBRIO FISCAL</p> <p>Ações pelo lado da despesa:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Praticar o realismo orçamentário. ▪ Estabelecimento de indicadores de resultado e de esforço nos programas de governo. ▪ Não iniciar novas obras ou estabelecer novos contratos com fornecedores até que os pagamentos do Tesouro sejam normalizados. ▪ Reposição mínima do fluxo das novas aposentadorias. ▪ Implantação de mecanismos de permanência do servidor ativo. ▪ Constituição do Fundo de Aposentadorias para os novos servidores. ▪ Negociação de Teto Orçamentário com os outros Poderes. ▪ Disseminação do Governo Eletrônico. ▪ Negociar junto a União e a organismos internacionais o alongamento do pagamento da dívida do Estado e a redução dos encargos mensais. ▪ Constituir um grupo de avaliação dos passivos potenciais do Estado. <p>Ações pela lado da Receita:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Estímulos ao crescimento econômico com objetivo de melhorar a arrecadação de ICMS. ▪ Implantação e disseminação da Nota Eletrônica. ▪ Formação e qualificação de grupos setoriais para a fiscalização. ▪ Fim das Anistias. ▪ Redução da fruição dos incentivos fiscais. ▪ Aperfeiçoamento do .Caixa Único. ▪ Estímulos ao aumento das importações internacionais. ▪ Estímulos à complementação de cadeias produtivas locais e a compra local de insumos. ▪ Buscar maior eficiência no acompanhamento da formação e recuperação da Dívida Ativa. Devem ser criados grupos de trabalho da Secretaria da Fazenda, Procuradoria Geral do Estado, Ministério Público e Judiciário para haver maior eficiência tanto na fase administrativa quando na fase de recuperação judicial. ▪ Formação de um grupo especializado na captação de recursos internacionais. 	<p>➤</p>
	<p>MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA E GOVERNO ELETRÔNICO</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Eleger programas prioritários de governo. Deve-se evitar duplicação de tarefas e paralelismos nas ações desenvolvidas por diferentes secretarias de estado. ▪ Programa de Combate à Pobreza e o Programa Estadual de Redução de Mortes por Causas Externas. ▪ Trabalhar com metas, indicadores de resultado e de esforço em todos os programas prioritários de governo. Esta proposta procura instituir um 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Planos Diretores <ul style="list-style-type: none"> ➤ Elaborar Planos Diretores de cerca de 5 prefeituras no entorno da Barragem do Passo Real – Salto do Jacuí, Fortaleza dos Valos, Campos Borges, Quinze de Novembro e Alto Alegre, como pré-requisito para obtenção de financiamentos internacionais. ▪ Capacitação para o Planejamento e Ordenamento Territorial <ul style="list-style-type: none"> ➤ Capacitar técnicos dos quadros estadual e municipal em Planejamento e Ordenamento Territorial e reparar instituições.

	<p>método de avaliação permanente sobre a eficiência dos programas governamentais, ao mesmo tempo que procura dar transparência para a gestão pública.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Instituir um sistema de avaliação de produtividade do setor público estadual. O objetivo desta iniciativa é dar premiações individuais para a redução de custos e o aumento da eficiência na prestação de serviços públicos nas suas diferentes áreas. ▪ Disseminar as práticas de governo eletrônico como um instrumento de modernização da gestão. 	
	<p>ÉTICA, DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Manter e aprofundar o processo de participação popular (Consulta Popular), ancorado na atuação dos COREDES. ▪ Estudar e implantar a reestruturação regional das coordenadorias das secretarias estaduais, de forma que sigam uma divisão geográfica próxima a dos COREDES. ▪ Apoiar o processo de Consulta Popular dispondo técnicos da secretarias estaduais alocados nas regiões para orientar acerca das possibilidades de investimentos a serem votadas e, além de ajudar na elaboração e encaminhamento dos projetos. ▪ Aplicar aos COREDES e aos COMUDES os princípios de Governança Local. ▪ Reativar o Conselho de Desenvolvimento. Econômico e Social (CODES). 	